

**TutPrv no RE nos EDcl no AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.518.278 - PR (2019/0161305-2)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**REQUERENTE : MÓVEIS CAMPO LARGO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**  
**ADVOGADOS : SILVESTRE DIAS DOS REIS - PR016722**  
**DARLAN RODRIGUES BITTENCOURT - PR022780**  
**DANIELE DIAS DOS REIS - PR029445**  
**REQUERIDO : FAZENDA NACIONAL**

**DESPACHO**

Em petítório de fls. 914/926, MÓVEIS CAMPO LARGO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, requer "liminamente seja reconhecida a existência de coisa julgada entre as partes, como consequência da extensão dos efeitos do direito reconhecido nos autos nº 5059016-64.2018.4.04.7000 da 4ª Vara Federal de Curitiba, bem como determinada a imediata liberação dos depósitos feitos em juízo" (fl. 926).

De plano, convém transcrever o disposto no artigo 22 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

Art. 22. Ao Vice-Presidente incumbe substituir o Presidente nas férias, licenças, ausências e impedimentos eventuais, e sucedê-lo, no caso de vaga, na forma do artigo 18.

§ 1º O Vice-Presidente integra o Plenário e a Corte Especial também nas funções de relator e revisor.

§ 2º Ao Vice-Presidente incumbe, ainda:

I - por delegação do Presidente:

a) **decidir as petições de recursos para o Supremo Tribunal Federal, resolvendo os incidentes que suscitarem;**

b) auxiliar na supervisão e fiscalização dos serviços da Secretaria do Tribunal;

c) (Revogado pela Emenda Regimental n. 10, de 2009)

d) **decidir as matérias previstas no art. 21-E deste Regimento. (Incluído pela Emenda Regimental n. 24, de 2016)**

II - exercer, no Conselho da Justiça Federal, as funções que lhe competirem, de acordo com o Regimento Interno.

De se notar que a atuação desta Vice-Presidência é restrita às hipóteses legais e limita-se à cognição inerente ao juízo de admissibilidade do recurso extraordinário.

Acrescente-se que o presente petítório não apresenta incidente relacionado ao recurso extraordinário, mas a outra questão, vinculada ao mérito propriamente dito, cuja competência para analisar por certo não recai sobre este órgão.

À vista disso, conforme já ressaltado, **não há nada a prover na espécie**.  
Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

Vice-Presidente